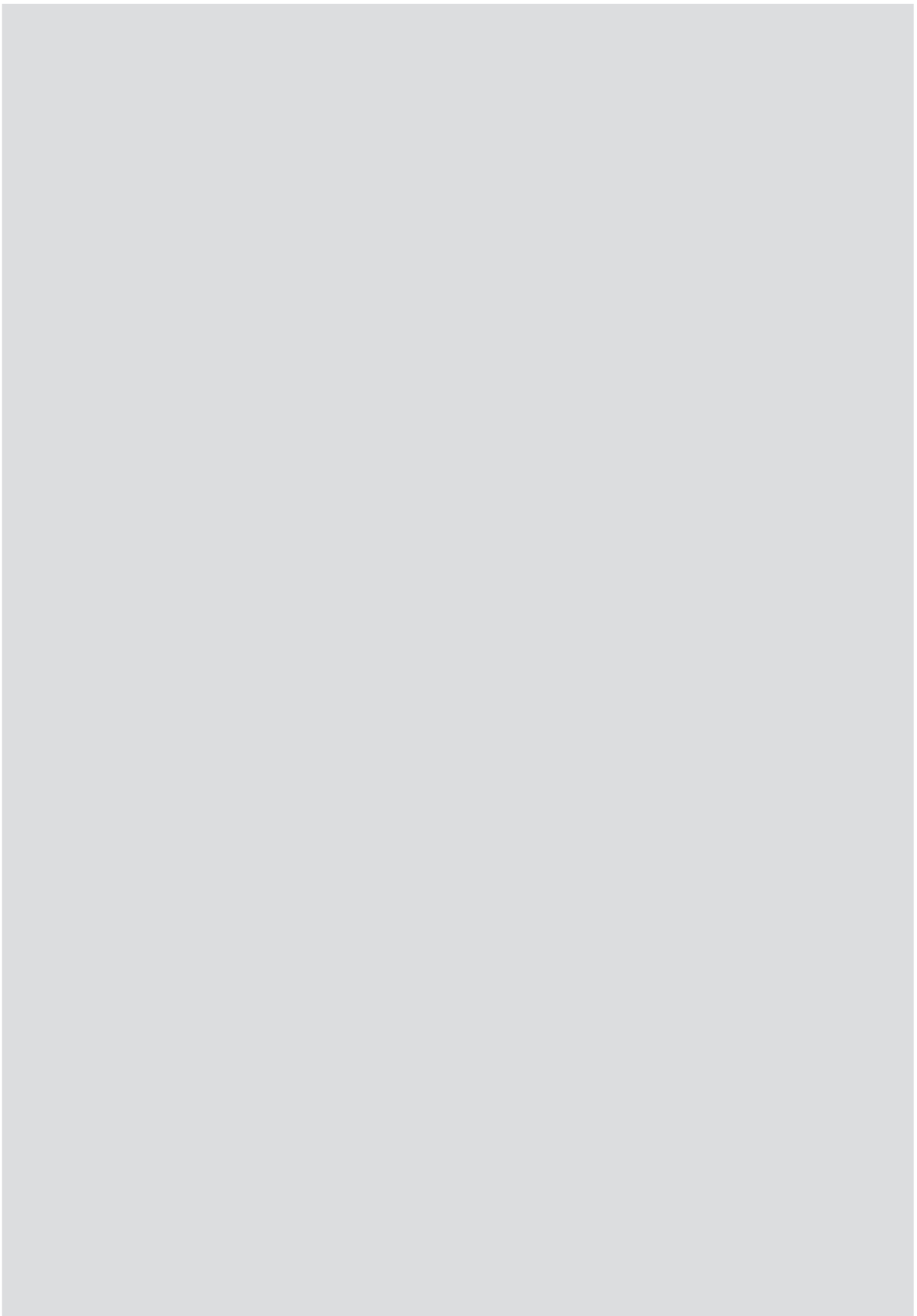




**LEONARDO
GUIMARÃES NETO**

repercussões iniciais de *A terra e o homem no nordeste*

Economista, Doutor em Economia (Unicamp), foi pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco. É autor de livros sobre a História Econômica do Nordeste e do Brasil



INTRODUÇÃO

Este texto representa uma tentativa de recuperação das impressões iniciais que a obra-prima de Manuel Correia de Andrade, *A Terra e o Homem no Nordeste* (Andrade, 1998) causou em alguns meios, no momento da publicação de sua primeira edição, em 1963. Esse livro teve um grande impacto entre os que procuravam entender o enigma nordestino do atraso, da estagnação, da fome, da pobreza e miséria. Este esforço de compreensão fora iniciados por estudiosos há dezenas de anos e continuado, com maior densidade, por vários intelectuais e escritores, do século XX. Entre eles Gilberto Freyre (Nordeste), Djalma de Oliveira (O Outro Nordeste), Josué de Castro (Geografia de Fome), Celso Furtado (Formação Econômica do Brasil), para citar alguns. Além disso, escritores como João Cabral de Melo Neto (Morte e Vida Severina), Rachel de Queiroz (O Quinze), José Lins do Rego (Fogo Morto), Jorge Amado (Terras do Sem-Fim) e José Américo de Almeida (A Bagaceira), trouxeram sua contribuição ao debate, ao lado de geógrafos (Mário Lacerda de Melo, Gilberto Osório), economistas (Ignácio Rangel, Rômulo de Almeida), técnicos do Banco do Nordeste, sociólogos, antropólogos e economistas do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais e um grande número de intelectuais vinculados às universidades regionais. Não esquecer que Caio Prado, na apresentação do livro de Manuel Correia, assinala que nenhuma região brasileira contava, à época, com mais abundante bibliografia que o Nordeste

Não obstante, foi, principalmente, a partir do movimento político que resultou na consolidação das ligas camponesas e dos sindicatos rurais, e da criação do Sudene, que ocorreu uma intensa mobilização social liderada por comunistas, socialistas, católicos progressistas, estudantes, associações de trabalhadores, e que teve lugar um debate e uma grande demanda por interpretações sobre a realidade social, política e econômica da região¹.

¹ No prefácio à sexta edição do seu livro Manuel Correia de Andrade assinala: “A Terra e o Homem no Nordeste foi escrito no início dos anos sessenta – sua primeira edição foi de 1963 – a fim de fazer uma análise da realidade nordestina e brasileira, em um momento de grande agitação social, quando se discutia a necessidade da realização de uma reforma agrária”. (Andrade, 1998, p. 13).

A Terra e o Homem, seguindo caminho próprio, foi posterior à importante contribuição, em 1959, de Celso Furtado, nas suas interpretações e propostas para o desenvolvimento do Nordeste, por meio do relatório de 1959 *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste* (Grupo de Trabalho do Desenvolvimento do Nordeste – GTDN, 1967, 2ª edição), do *I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste – 1961-1963* (Sudene, 1966) e da publicação de uma de suas conferências denominada *Operação Nordeste* (Furtado, 1959).

Este livro de Manuel Correia causou impacto relevante a partir – na minha perspectiva – de três aspectos principais: (i) uma adequada regionalização que abrangeu um território que ia do Maranhão à Bahia, (ii) a presença, na análise regional, de uma brilhante combinação de aspectos relevantes da geografia, da história e da economia, (iii) e a interpretação e explicitação das relações de produção e de trabalho em cada uma das unidades em que o autor dividiu o Nordeste, considerada, também, da perspectiva histórica.

Vale aqui registrar que Manuel Correia, antes de *A Terra e o Homem no Nordeste*, já havia publicado vários trabalhos cujos temas estavam centrados na geografia e na história (o rio Maranguape; o vale do Siriji; os rios Coruripe, Jiquiá e São Miguel; a pecuária do agreste pernambucano) e em história econômica (economia pernambucana no século XVI). *A Terra e o Homem no Nordeste* constitui, certamente, nessa trajetória intelectual de Manuel Correia, um salto qualitativo em termos de abrangência e complexidade do objeto de análise. Em momentos posteriores, sua contribuição foi relevante, tanto em publicações de grande número de estudos individuais quanto em trabalhos desenvolvidos em várias instituições, entre elas, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Serviço Social Rural, Banco do Nordeste, Governo do Estado de Pernambuco, Sudene, Universidade Federal de Pernambuco e Associação dos Geógrafos Brasileiros, entre outras.

As considerações que seguem não pretendem apresentar uma análise sistemática dos impactos do estudo referido, mesmo neste período inicial, mas o registro das impressões mais fortes que o surgimento de *A Terra e o Homem*, no início dos anos 60, deixou em alguns estudiosos, funcionários públicos, políticos, estudantes, trabalhadores e intelectuais que buscavam entender o subdesenvolvimento regional e propor sua superação.

REGIONALIZAÇÃO

A tradição de definir e delimitar as regiões perde-se na história brasileira. Cabe mencionar, bem mais recentemente, no que se refere ao Nordeste, os esforços e as propostas feitas pelo IBGE, em várias oportunidades, e pela Sudene, mencionadas por Manuel Correia, que anteciparam a proposta apresentada em *A Terra e o Homem no Nordeste*. Não é o caso de elaborar a gênese dessas concepções de regionalização, mas de ressaltar que a divisão regional proposta no estudo referido de Manuel Correia representou um marco fundamental na concepção do Nordeste, perdurou por muitas décadas e influenciou, significativamente, outras divisões regionais que surgiram em decorrências de novos conceitos e motivadas por mudanças na realidade socioeconômica nordestina.

Em termos da abrangência da região ela tem certamente parentesco com as regionalizações do IBGE e, sobretudo, com o que havia sido proposto pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) que inclui não somente o Maranhão, no Nordeste, como o Estado da Bahia, de Sergipe e parcela do semi-árido pertencente a Minas Gerais. O autor de *A Terra e o Homem no Nordeste*, define a região considerando nove Estados, do Maranhão à Bahia, e sua partição em (i) Mata (Região da Mata e Litoral Oriental, na sua denominação), (ii) Agreste, (iii) Sertão (Sertão e o Litoral Setentrional) e (iv) Meio-Norte. Foi esta divisão que não somente teve influência marcante sobre as ações governamentais, como sobre as regionalizações que muitos dos governos propuserem para seus estados, com o decorrer do tempo – e sobretudo mais recentemente – para definição dos seus planos, programas e propostas orçamentárias, muitas delas sob a forma de orçamentos participativos, com o envolvimento das lideranças locais e regionais.

Muitas outras regionalizações se sucederam desde que Manuel Correia propôs a sua em 1963. Entre elas, devem-se ressaltar as regionalizações mais recentes que passaram a considerar o fenômeno urbano e o papel marcante das regiões metropolitanas, das capitais e cidades maiores no comando do espaço regional e na delimitação de suas áreas de influência. Além disso, o aprofundamento dos estudos – muitos deles realizados no âmbito da Sudene com a colaboração das universidades, do próprio IBGE e instituições federais, inclusive como a participação

de Manuel Correia (Andrade, 1982, 1985, 1988) – ressalta a heterogeneidade e a diversidade de cada unidade espacial. É então que surgem os diferentes Agrestes e Sertões, as diferenciações no interior da Zona da Mata, por exemplo, e outros aspectos que completam a regionalização anteriormente proposta. Não obstante cabe ressaltar que a Manuel Correia não escapou essa diferenciação e heterogeneidade no interior das unidades espaciais por ele consideradas na sua regionalização, tanto nos aspectos geográficos, como no processo de ocupação e nas relações de produção e de trabalho. Este aspecto permeia todo seu trabalho.

Cabe no entanto lembrar que a regionalização apresentada por Manuel Correia, como ele define no próprio subtítulo, constitui “contribuições ao estudo da questão agrária no Nordeste”. Os critérios fundamentais da sua concepção têm a ver com o ambiente rural, a produção agrícola e a questão agrária. É no interior desses limites que deve ser considerada a divisão regional que o autor propôs.

Para que se tenha uma ideia da marca deixada pela divisão regional apresentada em *A Terra e o Homem no Nordeste*, é suficiente examinar a regionalização de um dos planos elaborados e (infelizmente) não executado pelo Ministério da Integração Nacional – Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável para o Nordeste (Ministério da Integração Nacional, 2006) – que divide a região em Meio Norte, Litorânea Norte, Sertão Norte, Ribeira do São Francisco, Sertão Sul, Região Litorânea Leste, Região Litorânea Sul e Cerrados. Tal regionalização de 2006, com algumas exceções constituem, de fato, um desdobramento daquela proposta por Manuel Correia, em 1963. O fato fundamental é que para os que se preocupavam em entender a realidade social e econômica do Nordeste a regionalização contida no livro de Manuel Correia fornecia um painel que ao mesmo tempo mostrava a heterogeneidade da sociedade nordestina e agrupava realidades com características e problemas comuns, notadamente da perspectiva das condições de vida, das relações de trabalho e da problemática agrária. Além disso, na sua descrição ela jamais deixou de considerar a diversidade e heterogeneidade que estavam não só presentes, mas em processo de transformação em cada um das unidades espaciais consideradas.

GEOGRAFIA, HISTÓRIA E ECONOMIA

Se a regionalização proposta por Manuel Correia foi relevante para a compreensão do Nordeste e para os estudos sobre a região que se seguiram, igualmente importante foi para os leitores da primeira edição de *A Terra e o Homem no Nordeste* seu estilo de trabalho que combina a geografia, a história e a economia na análise das unidades investigadas, explicitando as mudanças e a dinâmicas das estruturas produtivas e das relações de produção no interior de cada unidade geográfica. De fato, o que o autor elabora nos principais capítulos de sua obra é a história das relações dos homens com o seu ambiente natural, dos homens entre si no processo produtivo no uso dos recursos naturais e na busca de sua subsistência ou do processo de acumulação de capital.

De fato, em todas as unidades espaciais tratadas, o autor parte do processo de ocupação do território, das formas iniciais com as quais os homens organizam a produção e do desenvolvimento posterior da produção do espaço, do processo produtivo, da questão da mão-de-obra e dos ciclos econômicos em seus fluxos e refluxos no interior das regiões. Ao examinar, por exemplo, a Mata e o Litoral Oriental o que o autor realiza, como é do conhecimento dos seus leitores, é a implantação da economia canavieira na Colônia, sua expansão e as formas como foi resolvido o problema de mão-de-obra para a consolidação e expansão dessa atividade. Ressalta a ocupação holandesa e o seu papel na evolução da economia canavieira nordestina. Chama a atenção para o regime de utilização da mão-de-obra escrava, para o surgimento do trabalho assalariado, para a substituição dos engenhos pelas usinas, seguida de um intenso processo de proletarianização e de desaparecimento de outras formas de utilização e contratação da força de trabalho.

Esse estilo de análise se repete em relação ao Agreste, reunindo o exame do processo de ocupação do território com a dinâmica da atividade produtiva e o desenvolvimento de formas específicas de relações de produção em diferentes períodos. Neste particular, mostra como a forma de utilização da mão-de-obra estava permeada pelas formas como se consolida a posse da terra. No caso dessa unidade geográfica, o autor enfatizou, no início do processo, o povoamento associado ao desenvolvimento da pecuária, ressaltou o surgimento e a consolidação da atividade

de produção do algodão com base no trabalho assalariado em outras formas de mobilização da força de trabalho. Dá um destaque, no caso dessa unidade territorial, à sua heterogeneidade geográfica e às formas de produção, além da sua estrutura fundiária baseada no pequeno imóvel cujos proprietários e ocupantes estabelecem relações de trabalho com os donos das propriedades de maior porte. Isto, define formas de relações de trabalho distintas além do assalariamento.

No que se refere ao Sertão e Litoral Setentrional, a ênfase é dada ao processo de ocupação do território a partir dos grandes latifúndios associado à pecuária, com a utilização de posseiros que definiam a expulsão dos antigos povos que as ocupavam. Isto se dava com o deslocamento da população que tinha sua origem nos grandes centros produtores regionais da Colônia, nos quais estavam concentradas a população, a riqueza e as decisões. As relações de trabalho que envolviam os grandes proprietários mantinham e expandiam os currais por intermédio dos vaqueiros (escravo ou agregado) e tomava a forma de participação nas crias, aluguel ou propriedade de sítios. É no interior desses grandes latifúndios, nos lugares em que as condições climáticas permitiam, que se desenvolve uma atividade agrícola voltada inicialmente para a subsistência que é ampliada e diversificada à medida que a demanda no interior do próprio Sertão e a demanda exterior, como a do algodão, tornavam mais rentável as atividades. Sobre essa economia do Agreste, Manuel Correia descreve, com grande riqueza de detalhes, as formas de relações de produção e trabalho que passam a prevalecer à medida que evolui o processo de ocupação do território e a presença da população torna-se mais densa.

Com relação ao Meio-Norte, referindo-se à ocupação francesa e portuguesa e às diversas direções do povoamento, envolvendo franceses, portugueses e criadores de gado que partiram de várias origens, Manuel Correia destaca a posição secundária inicial dessa parte do território nordestino, baseado na atividade de subsistência e no apresamento de indígenas. Posteriormente, assinala que, às margens dos rios, passam a marcar presença a pecuária, complementada, com o passar dos anos, pela atividade canavieira e, em menor dimensão a produção do fumo. Não deixa de considerar o papel relevante que teve a Companhia Geral do Grão-Pará e do Maranhão no desenvolvimento regional, sobretudo ao estimular a produção do algodão e do arroz. Comportando uma gran-

de diversidade de relações de trabalho na pecuária, na atividade agrícola e no extrativismo, a região passa a ocupar posição de destaque com o surto do algodão, em função da Revolução Industrial em curso. Já em fins do século XVIII o Maranhão se transformaria em uma dos maiores exportadores, notadamente de algodão, arroz e couro. Em fase posterior, o açúcar marca presença, com a implantação de centenas de engenhos na região. E no exame do chamado problema da mão-de-obra que o autor sintetiza a complexidade das relações de trabalho, vigente nas diferentes atividades que se vão diversificando no interior dessa economia regional e nas suas relações externas.

Em lugar de apresentar uma descrição estática ou de congelar ou cristalizar a estrutura produtiva de cada unidade, o que se percebe na análise do autor é a ênfase na gênese e no desenvolvimento do processo produtivo e das relações existentes entre os que participam da atividade econômica. Essa forma de abordagem não somente reconstitui o passado mas deixa antever que a atual estrutura é passível de modificações e transformações. A história, para Manuel Correia, retrata o processo dinâmico das múltiplas relações do homem com o meio ambiente e dos homens entre si na produção.

RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E DE TRABALHO

As relações de produção, na sua análise, são inseparáveis da combinação anteriormente apresentada entre geografia, história e economia no estilo de Manuel Correia, sobretudo porque, na história que elabora nos diversos capítulos de sua obra, o problema da mão-de-obra está presente. No entanto, por sua importância, merece um destaque especial na compreensão da realidade estudada.

De fato, já na apresentação do seu livro, Caio Prado, no que se refere às relações de produção e de trabalho, ao reconhecer a abundante bibliografia sobre o Nordeste, já citada, não deixa de fazer uma observação muito pertinente: “É que na extensa bibliografia relativa ao Nordeste há uma questão que, por estranho que pareça sempre se relega a um quase esquecimento apesar de constituir, sem dúvida alguma, a mais importante e, mais que qualquer outra, merecedora de atenção. Refiro-me às relações de produção e trabalho. Será difícil objetar que se trata aí

de matéria essencial, uma vez que envolve o que de mais importante, ou pelo menos, de fundamental, apresentou-se na vida de qualquer comunidade, a saber, como se relacionam os homens entre si em suas atividades produtivas, e como se comportam, uns relativamente aos outros e ao conjunto da coletividade, no exercício de suas funções econômicas” (Andrade, 1998, Apresentação de Caio Prado Júnior, p. 17).

Este aspecto, o das relações de produção e trabalho, extraída da realidade regional nas unidades espaciais nas quais foi dividido o Nordeste constitui para as pessoas que no momento tentavam compreender a região a descoberta de um novo mundo. A predominância, em várias entidades de planejamento e estudo, à época, das abordagens macroeconômicas ou setoriais, deixava escapar, nas contribuições e pesquisas voltadas para o conhecimento da problemática regional, sobretudo na área da economia, um dos aspectos fundamentais da complexa realidade nordestina: o das relações de produção e trabalho.

De fato, – vale repetir o que é de conhecimento geral – é no interior das relações de produção estabelecidas na unidade produtiva de bens e serviços que se define não só o regime de trabalho e sua intensidade, como a forma por meio da qual os resultados da atividade produtiva vão ser repartidos entre os que são proprietários dos meios de produção ou de trabalho, de um lado, e as pessoas que alugam sua força de trabalho. Em outras palavras, o tipo de relação definido na produção define, também, a renda apropriada pelo patrão ou empregador e a renda obtida pelo trabalhador ou aqueles que estão subordinados aos proprietários. É, igualmente, neste momento, que se define, de forma predominante, as condições de vida da grande maioria da população.

É evidente que outros condicionantes podem interferir nessa partição original dos frutos da atividade econômica. No mercado de trabalho, a abundância ou escassez de força de trabalho. Na sociedade em geral, as formas de organização dos trabalhadores que se podem contrapor ao poder dos proprietários dos meios de produção, obtendo renda e salário além do que, na ausência dessa organização, poderiam obter. E a presença do Estado que, por meio de regulação, pode alterar as relações de produção e de trabalho estabelecidas.

Na análise que faz do Nordeste, estreitamente vinculado ao mundo rural, Manuel Correia centra seus esforços na compreensão do papel

que a forma da apropriação da terra e dos recursos naturais, desde a gênese do povoamento até recentemente, desempenham nas relações de produção e de trabalho e como isto tem seu rebatimento na vida das pessoas, notadamente no campo que foi o objeto central de sua análise.

É verdade que vários estudiosos abordaram essa problemática, em pesquisa, em romance, em poesias, nos discursos das lideranças sociais, nos planos nacionais e regionais, nas propostas das reformas de base dos anos 60, inclusive da reforma agrária. No entanto, no caso do Nordeste, poucos apresentaram um painel tão complexo e claro como o que Manuel Correia apresentava em 1963, com a edição d' *A Terra e o Homem no Nordeste*.

Quando examina a Mata e o Litoral Oriental, centrado na produção da cana, do açúcar e de outras atividades agrícolas que vão surgindo e se consolidando no interior dessa atividade mais relevante (algodão, fumo, atividade de subsistência), Manuel Correia descreve, com riqueza de detalhes a estrutura social estabelecida nos primórdios e que se vai transformando, dando destaque às relações e aos conflitos existentes entre as classes proprietárias e os escravos e trabalhadores assalariados, entre os grandes proprietários de terra e os lavradores (com ou sem terra) que disputam os resultados da atividade produtiva da qual participam, bem como a relação entre os que dirigem a produção e os que a financiam. No que se refere às classes subalternas, ressalta a sua complexidade (escravos, trabalhadores assalariados, moradores e outros), sua função na divisão de trabalho e as mudanças pelas quais vão passando com o avanço do assalariamento e, já em épocas mais recentes, o processo de proletarização quando as modernas usinas substituem a antiga unidade de produção constituída pelos engenhos. Neste particular, chama a atenção para a grande concentração fundiária com impacto nas áreas com população mais densa, resultando em uma tensão do que decorre a grande mobilização social anteriormente comentada. É importante lembrar que os avanços não ocorrem de forma linear, os fluxos e refluxos das atividades produtivas, notadamente a açucareira, refletem-se, significativamente, na estrutura social e na posição em que os diferentes segmentos sociais ocupam na produção. Há na sua interpretação, no que se refere às relações entre o Agreste (por vezes do Sertão) e a Mata, o destaque para o relacionamento entre os mercados de trabalho, nos momentos de intensificação da migração de trabalhadores (“corumbas” “catingeiros” e

“curaus”) para o corte da cana nas fases de maior intensidade da atividade econômica no setor canavieiro.

Vale lembrar que no fluxo e refluxo de produtos agrícolas relevantes, voltados sobretudo para a demanda externa, o declínio do nível de atividade pode dar lugar ao retorno de relações de produção e de trabalho que haviam desaparecido, em momentos anteriores, quando da expansão e do auge da referida atividade.

Com relação ao Agreste e ao Sertão as relações de produção e de trabalho são também variadas e vão-se transformando à medida que mudanças ocorrem no interior de cada unidade, com a ampliação e diversificação da produção. O autor ressalta as relações dos grandes pecuaristas do Agreste com os seus trabalhadores, notadamente os vaqueiros. Esses, os maiores responsáveis pela criação do gado, nos primórdios, não recebiam salários em dinheiro e participavam dos resultados da atividade produtiva pois sua remuneração correspondia a um quarto da produção da fazenda (de cada quatro bezerros que nasciam, um lhe pertencia). Por vezes, nas grandes fazendas, como chama atenção Manuel Correia, tornavam-se fazendeiros. Há que considerar os trabalhadores auxiliares que recebiam pequena remuneração, além da casa e da comida, sem contar os tangedores ou tangerinos que levaram a boiada para as terras úmidas, fazendo longas viagens. Some-se a isto a atividade de plantação de roçados que garantiam parte da subsistência dos trabalhadores no interior da pecuária. Essa realidade se transforma com o desenvolvimento de outros produtos agrícolas, além dos de subsistência, sobretudo o algodão, cujas relações fundamentais de trabalho estavam constituídas pelo fato de ser, na expressão do autor, uma cultura mais democrática do que a cana-de-açúcar: não só os grandes proprietários usando mão-de-obra escrava e assalariada o cultivavam, como os pequenos proprietários, foreiros e moradores. Acrescente-se a isto, a rede de relações no beneficiamento dessa cultura constituída por comerciantes e os responsáveis pelo beneficiamento como as bolandeiras e os descaroadores até chegar aos exportadores. O fato de envolver escravos (no início), além dos pequenos proprietários, os foreiros e moradores, constitui a base para o surgimento e consolidação de relações permeadas pela posse da terra por meio da qual esses trabalhadores sem propriedade da terra teriam que fazer concessões aos proprietários que se apropriariam de parcela da produção.

Vale destacar o fato de que a vigência da pequena propriedade no Agreste, ao lado da diversificação de cultura, que por vezes não garantia

uma renda familiar que permitisse a subsistência do agricultor e sua família, dava lugar à venda da força de trabalho aos grandes e pequenos proprietários, engajando-se, assim, esses proprietários, no grande contingente formado pelos trabalhadores sem terra. Some-se a isto a combinação do trabalhador e do pequeno proprietário com o grande pecuarista que, após a colheita de diversos produtos, utilizava o restolho para a alimentação do gado.

Esta explicitação, em *A Terra e o Homem no Nordeste*, das formas diversificadas e complexas de relações de produção e de trabalho, repetem-se em relação às demais unidades geográficas da regionalização proposta por Manuel Correia, inclusive no Sertão e no Meio-Norte que aqui não foram consideradas. Trata-se de um painel que analisa, no tempo e no espaço, as formas de relação entre os homens no processo produtivo, levando em conta ademais os ciclos de produção que na história do Nordeste surgiram, se expandiram, desapareceram, transformaram-se, numa apresentação que capta um dinamismo com um nível de detalhe que não é comum na literatura sobre o tema.

Nada mais contrastante que o trabalho realizado por Manuel Correia, com sua análise refinada sobre as relações de produção e de trabalho, no livro referido, em relação as análises abstratas dos estudos sobre o mercado de trabalho, nos quais, por meio da interação entre oferta e demanda de trabalho, são extraídas conclusões simplórias para uma realidade heterogênea, de grande complexidade e em permanente mudança.

CONCLUSÕES

O trabalho referido de Manuel Correia teve desdobramentos não só a partir de estudos por ele realizados sobre a questão agrária e o latifúndio, sobre a economia açucareira, sobre as relações de produção e as classes sociais, mas a partir de muitos estudiosos que, por meio de pesquisas individuais, teses e dissertações seguiram essa direção, influenciados, ou não, pelo referido autor. Provavelmente, hoje, a afirmação de 1963 de Caio Prado Júnior a respeito da carência de estudos, na vasta produção sobre o Nordeste, de análises sobre as relações de produção e de trabalho não tivesse mais validade. E, neste fato, é inegável a contribuição de Manuel Correia desde a publicação de *A Terra e o Homem no Nordeste*. Nesse parti-

cular, a contribuição da pós-graduação (mestrado e doutorado) nas universidades regionais ou não foi sem dúvida extraordinária.

Fica a pergunta a respeito da contribuição mais relevante que *A Terra e o Homem no Nordeste* trouxe na solução do enigma nordestino, associado ao seu atraso econômico, à pobreza e à miséria disseminada sobretudo no meio rural. A impressão que se tem, comparando sobretudo a visão de Manuel Correia com de outro grande estudioso, como Celso Furtado, é que o esforço de Manuel Correia, até, pelo menos, *A Terra e o Homem*, concentrou-se nas formas como por intermédio das relações de produção e de trabalho, que se consolidaram na história econômica e social do Nordeste, ocorreu o processo de apropriação dos frutos resultantes das atividades econômicas desenvolvidas na região. Foram essas relações, permeadas pela apropriação concentrada da terra, dos recursos naturais da região, e pelos processos de intermediação e comercialização, que deram lugar a uma intensa concentração da renda e da riqueza no Nordeste. Neste fato reside, provavelmente, a explicação para que essa região registre o maior nível de concentração de renda do país, que se situe entre as nações de maior concentração no mundo.

É evidente que Manuel Correia no estudo citado e na enorme produção intelectual anterior e, sobretudo, posterior a 1963, não ignora outros determinantes ressaltados por muito estudiosos, inclusive Celso Furtado. As relações econômicas, no interior do país, de uma economia industrial e outra dependente e de baixa produtividade sem um centro dinâmico que sirva de base para sua expansão, a vulnerabilidade da economia do semi-árido, as dificuldades para sustentar o seu dinamismo a partir do segmento exportador baseado em produtos primários de reduzida agregação de valor e de intensa flutuação da sua demanda externa, além de outros problemas, estão presentes na obra de Manuel Correia.

No entanto, o que ele procurou identificar no livro referido foi como, a partir das formas pelas quais os homens se organizaram historicamente no Nordeste, resultou uma forma de apropriação da riqueza que, de um lado, determinou um baixo nível de renda e de condições de vida da grande maioria da população rural e urbana, e, de outro lado, não permitiu que o excedente apropriado pelas classes dominantes possibilitasse uma expansão econômica sustentada capaz de reduzir a pobreza e a miséria da população regional.

— | |

— | |

Não se pode deixar de ressaltar que *A Terra e o Homem no Nordeste* surgiu no momento de acirramento da luta política no país e no Nordeste, um ano antes do Golpe Militar de 1964, e que tinha, segundo o autor, como foi anteriormente, citado, o objetivo de alimentar a discussão sobre um dos problemas centrais que era o da reforma agrária. Neste particular, não há dúvida de que a análise realizada, centrada em um dos determinantes do atraso da região, que era a questão agrária, teve um papel marcante, à época. Foi lido e discutido por vários segmentos da sociedade, o que explica as sucessivas edições e sua influência marcante entre os estudantes, líderes políticos e interessados em entender o subdesenvolvimento regional e descobrir caminhos para sua superação.

REFERÊNCIAS

Andrade, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste* – Contribuições ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste. 6. ed. Recife: Editora Universitária – UFPE, 1998.

_____. *As Áreas do Domínio da Pecuária Extensiva e Semi-intensiva da Bahia e do Norte de Minas*. Sudene, 1982.

_____. *Sertão Sul*. Recife: Sudene, 1985.

_____. *Área de Domínio Canavieiro*. Recife: Sudene, 1988.

Furtado, Celso. *Operação Nordeste*. Ministério de Educação e Cultura – Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro, 1959.

Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento regional (GTDN) – *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*. 2. ed. Recife: Sudene, 1967.